

27 folhas

"COMO AS VERDADES SE FAZEM E REFAZEM NA HISTÓRIA"... CERTAMENTE
DAQUI A ALGUM TEMPO AS NOSSAS EXPERIÊNCIAS NOS LEVARÃO A
REPENSAR TAMBÉM ESTA NOVA VERSÃO"...

I. PROPOSTA TEÓRICA

1. EDUCAÇÃO

O homem cria, desenvolve e transfere de geração a geração mecanismos próprios de educação que são expressos através de sua cultura.

Estes mecanismos estão presentes no dia a dia das pessoas, em suas atividades ligadas ao trabalho, alimentação, diversão, religião, saúde, educação dos filhos, problemas familiares, solidariedade grupal, e outros.

Isto configura um sistema de educação informal produzido pela própria população e ligado diretamente a sua experiência de vida, necessidades de sobrevivência e formas de organização social.

O MOBREAL, por se preocupar com o educando dentro de seu contexto social busca desenvolver suas ações tendo como referencial esses mecanismos próprios de educação da comunidade. Nesta perspectiva, concebe a educação como um processo, na medida em que se dá ao longo da existência do indivíduo e abrange todo o seu espaço de vida (espaço social, cultural, econômico, político etc...). Desta forma, ultrapassa-se a proposta de uma Educação produto. (*)

(*) Educação Produto - se preocupa com a assimilação de determinados conteúdos pelos educandos, em um tempo determinado, considerado adequado para obtenção dos objetivos propostos.

Educação Processo - se preocupa com os conteúdos, mas os objetivos são definidos pelos educandos, dentro de seu tempo e espaço de vida.

APRESENTAÇÃO

Nos últimos quatro anos reaparece no discurso oficial a palavra participação. Em todos os programas dirigidos "a população de baixa-renda" surgem diretrizes destinadas a estimular a participação dos beneficiários nos projetos governamentais.

Apesar das Instituições terem objetivos e propósitos definidos em seus Programas e Projetos, no sentido de levar a população a participação, não podemos negar que isso abre um espaço real para que as comunidades exerçam o seu direito de participação. Esse espaço é um momento fundamental, pois favorece às populações a utilizarem o que lhes é concedido pelo governo em benefício do encaminhamento de propostas que atendam cada vez mais aos seus interesses e necessidades.

O MOBRAL, ao longo dos anos, vêm viabilizando suas ações através de trabalhos conjuntos com Instituições/Governos Estaduais/Prefeituras, o que lhe propiciou uma experiência significativa no papel de articulador entre as propostas institucionais e a população. Essas ações conjuntas objetivam a concretização tanto das propostas do MOBRAL quanto de outras Entidades.

Como articulador o MOBRAL vem cumprindo o papel de levar até a população os Programas e Projetos das Entidades, através de uma metodologia participativa, que tanto oportuniza o encaminhamento às Entidades das necessidades e expectativas da clientela, quanto propicia sua participação nos Programas e Projetos dessas Instituições.

O aspecto mais significativo dessas articulações, é que permitem que os recursos aplicados nas comunidades sejam otimizados, numa tentativa de operacionalizar, de forma mais eficaz, e, com o engajamento da população, os objetivos propostos pelas Entidades. Ao mesmo tempo atende as necessidades da clientela, reforçando, sua atuação e formas de organização.

Coerente com as propostas governamentais e consciente da importância do engajamento da população no processo de desenvolvimento social, o MOBRAL, enquanto órgão de Educação, vem ampliando suas ações através de uma metodologia de trabalho que tem como referencial básico a participação social das populações de baixa-renda.

Embora esse produto interesse a população e aos educadores, traga benefícios imediatos e dê instrumentos para que a população passe a atuar de forma mais efetiva na sociedade, é o processo, o elemento mais importante a ser considerado num trabalho educativo.

Em resumo, o produto da Educação deve ser o resultado de um processo, ou seja, para que a população se beneficie, de fato, desse produto, é necessário que as pessoas conheçam e discutam a contribuição que ele pode trazer para a melhoria das suas condições de vida.

Qualquer Instituição educacional, governamental ou não, quando desenvolve programas/projetos educativos visando atender às necessidades da população deve levar em consideração estes aspectos. Embora suas propostas tenham a intenção de contribuir para a melhoria de vida das pessoas e sejam baseadas em diagnósticos, para que realmente prestem serviços é necessário que elas garantam um espaço às comunidades, no sentido de que lhes seja assegurado o poder de decidir e contribuir tanto na discussão/adequação como na concretização das propostas educativas.

Quanto maior for o espaço da população para administrar suas próprias propostas, menos manipuladora e paternalista será a proposta institucional e, conseqüentemente, maior será o engajamento da comunidade.

Sabemos que as Instituições possuem finalidades e diretrizes determinadas das quais não podem se afastar. Entretanto, se o técnico da Instituição estiver consciente desta questão e se as Instituições delegarem autonomia a ele, que está trabalhando na comunidade, mais adequadas e mobilizadoras serão as ações desenvolvidas em campo.

Vale lembrar que a própria população tende a delegar, no início, as iniciativas e o poder de decisão, ao agente, por ele possuir um saber legitimado pela sociedade e ser um elemento externo. Devido a isso, a população se coloca numa postura de observadora, não expressando o seu conhecimento.

Ao longo do seu trabalho junto às comunidades, cabe ao agente o papel de estimulador para que a população discuta seus conhecimentos, troque suas experiências e administre as suas próprias propostas.

Outro aspecto a ser considerado na conciliação das ofertas da Instituição com os anseios da comunidade, é que, se por um lado os grupos têm uma percepção muito clara de sua realidade, proveniente das experiências em situações difíceis de sobrevivência, por outro lado, as Instituições tem sua estrutura de trabalho suas diretrizes, seus objetivos a serem atingidos.

O essencial é que o corpo técnico de uma Instituição voltada para Educação de Adultos leve para o campo hipóteses institucionais e não propostas fechadas.

Podemos concluir, portanto, que o MOBREAL, ao planejar ações educativas, que se caracterizem pela relação Instituição/Comunidade, considera quatro aspectos que se interrelacionam:

o contexto da comunidade - sua realidade social econômica, política e cultural;

a abertura para a participação popular - a possibilidade de discutir/adequar e concretizar suas propostas;

a contribuição dos técnicos - a troca de conhecimentos da população e técnicos;

o aspecto burocrático da Instituição - objetivos, regulamentos, normas e diretrizes, estrutura, recursos.

2. EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

As pessoas vislumbram na Educação a possibilidade de adquirir conhecimentos e habilidades, que lhes permitam transformar as condições em que vivem.

Acreditar que a Educação, sozinha, detém esse poder é ter uma visão ingênua da questão pois, não é a educação que vai formar, ou transformar a sociedade, mas é esta que forma seu sistema educacional de acordo com seus interesses (porque a educação reproduz e preserva o modelo de sociedade que a cria).

Outras variáveis, ligadas ao sistema político e econômico, detém mais essa possibilidade de transformar do que a variável educação.

Acreditamos que entre as propostas educativas é a Educação Comunitária (*) que mais se aproxima desse poder transformador por estar mais comprometida com os anseios populares e mais aberta a sua participação.

(*) Reconhecemos aqui como Educação Comunitária todas as modalidades da educação não-formal que reforçam o conhecimento e as ações populares: Educação de Base, Associações de Moradores, Grupo de Jovens, Associações de classes e outras formas de organização coletiva.

Neste documento concebemos Educação Comunitária como um conjunto de práticas educativas. Por prática educativa não entendemos apenas o que se faz, ou um certo número de atividades. Toda prática evidentemente supõe atividades, mas nem toda atividade humana é uma prática educativa. O conceito de prática supõe um conjunto complexo de atividades que transformam certos objetos reais (nesse caso, objeto social). Essa transformação está orientada por objetivos, o que faz da prática uma atividade consciente, orientada por uma determinada finalidade.

Para que uma atividade seja uma prática educativa ela supõe:

- um conjunto de atividades, desenvolvidas ao longo de um processo (aprendizado);
- um processo de transformação da realidade (melhorias das condições de vida);
- uma conscientização (nível de reflexão e consciência crítica);
- uma finalidade (objetivos definidos);
- uma metodologia participativa (aprendizagem da participação social).

No entanto é necessário enfatizar que essa prática está ligada a um processo social, o que faz com que deva ser vista de forma dinâmica, na medida em que tem como referencial o contexto social local no qual ela se desenvolve.

Entendemos, assim, que essa Educação Comunitária deve ter como finalidade propiciar às populações uma melhor compreensão de seus problemas e dos fenômenos que os causam. Essa compreensão se dá, inicialmente, a nível micro e, gradativamente vai se ampliando até que a população passa a relacionar seus problemas locais com um contexto sócio-econômico mais amplo. Para tanto, é necessário que a população:

- . reflita no sentido de conhecer os limites que interferem em suas ações;
- . reflita no sentido de conhecer as possibilidades de interferir em sua realidade;
- . busque o fortalecimento de laços de solidariedade.

Além dos aspectos mencionados é fundamental que a Educação Comunitária fortaleça o processo de grupalização, a tomada de decisão e a autogestão na aplicação de recursos, e favoreça ações concretas que venham ao encontro dos interesses da população.

A Educação Comunitária não deve, portanto, pretender apenas contribuir para abrir e ampliar espaços educativos que permitam à comunidade aumentar sua capacidade crítica, nível de reflexão e consciência social. Sua proposta deve ir além, ou seja, deve procurar contribuir para melhorar as condições de vida, o cotidiano da comunidade.

3. AÇÃO COMUNITÁRIA

Numa ação comunitária está sempre presente a idéia de pessoas agindo em conjunto para atingir determinados fins. Concretiza-se através de atividades mais elementares como mutirões, clubes de mães, ações conjuntas com Entidades, manifestações coletivas, até a organização de formas mais efetivas e permanentes como associação de moradores, comunidades de base, grupos por categorias profissionais e outros.

Com isso, a população quase sempre pretende resolver problemas de solução imediata, reivindicar direitos ou impedir que algo aconteça. Este primeiro aspecto, bastante concreto, é que mobiliza as pessoas a agir.

Mas, neste tipo de ação existe um segundo aspecto bastante importante a se considerar.

Na vivência do grupo, isto é, através das atividades realizadas, das discussões, das formas de organização e divisão de trabalho, vai sendo construído um conhecimento maior dos problemas e suas causas, e das forças que facilitam ou impedem suas soluções. Vão sendo tomadas as decisões, e as ações vão sendo planejadas de acordo com os objetivos dos grupos. Vão surgindo as lideranças, identificando-se as potencialidades dentro do grupo, bem como os recursos institucionais existentes.

Desta forma, o grupo vai adquirindo a consciência de que unido torna-se mais forte e pode interferir e, até modificar, determinadas situações.

Esta certeza de que pode decidir e agir modificando situações, é um dos aspectos mais importantes nesse tipo de trabalho.

É aí que a Ação Comunitária torna-se um instrumento à serviço da população.

É aí também, que a Ação Comunitária deixa de ser só ativista e passa a ser educativa.

Lógico que na prática as coisas não se dão de forma isolada.

É através das atividades, das discussões, que isso vai acontecendo.

Uma Ação Comunitária pode e deve contribuir para a resolução de um problema concreto e imediato, na medida em que, através dela a população pode obter determinados serviços. Reconhecemos, também, que ele pode contribuir no sentido de tornar as atividades desenvolvidas pelos grupos uma prática educativa.

Concluindo, é importante enfatizarmos que uma Ação Comunitária pode levar a uma ampliação da participação social e do processo de autogestão quando oportuniza à população:

- . refletir sobre seus problemas, necessidades, limites e possibilidades correlacionando-os a um contexto social mais amplo;
- . identificar recursos seja da comunidade seja de instituições que possam ser úteis aos grupos;

- . formalizar e realizar propostas de ação como resposta aos problemas levantados;
- . organizar-se para agir, como e quando julgarem necessário;
- . dialogar, de forma autônoma com as instituições, encaminhando propostas de atuação integrada;
- . avaliar e realimentar o processo educativo desencadeado;
- . fortalecer as formas de organização da comunidade e a solidariedade grupal;
- . ampliar sua possibilidade de atuação, relacionando sua prática com a de outros grupos que vivenciam situações semelhantes.

PROPOSTA OPERACIONAL

1. A ELABORAÇÃO DO CONHECIMENTO NUM TRABALHO SOCIAL

É o conhecimento de uma dada realidade que deve determinar a necessidade de se concentrar esforços para a realização de ações educativas - no caso, a ação comunitária. Num primeiro momento é provável que esse conhecimento seja superficial por não contar com nenhuma participação da população e se basear em dados secundários tais como: levantamentos elaborados por Entidades, Prefeituras, Universidades, Pré-diagnósticos, Censos, Cadastros e outros.

Outra modalidade de se obter esse conhecimento prévio da realidade é através da realização de diagnósticos municipais onde a população participa como informante, desconhecendo o resultado final do levantamento que é feito em sua localidade e para o qual ela colaborou.

Outro nível de conhecimento, tão ou mais necessário que os anteriores, e que não pode ser excluído numa proposta que pretenda a participação da comunidade, é aquele obtido junto com a população.

Nesse nível de conhecimento a clientela já não é vista como mero informante e sim, fazendo parte da construção desse conhecimento. É nesse conhecimento construído em conjunto que ela vai expressar os problemas que vive, o que conhece e o que deseja que seja esclarecido sobre sua realidade, e solucionado. Expressando também como compreende essa realidade.

Esse diagnóstico que pode, também, ser chamado de consulta à população, deve ser elaborado de forma simples com perguntas claras que tenham um sentido para a população.

Essa consulta pode ser feita de uma forma mais sistematizada, através de questionários ou de pequenas reuniões, conversas informais nas feiras, mercados, bares etc., onde os diagnósticos feitos anteriormente possam ser confrontados como conhecimento da população e discutidos com ela.

Esse procedimento permite que o resultado desse trabalho seja vivido e apropriado pela população em seu próprio benefício e não apenas em benefício da Instituição.

Acreditamos ser nesse nível que o conhecimento é colocado à serviço de uma proposta mais educativa..

Esses níveis de conhecimento são fundamentais na medida em que eles determinam a necessidade de conjugar-se esforços seja da população, de Entidades, de Governo (municipal, estadual ou federal) para que a realidade seja trabalhada visando a modificação de uma determinada situação.

O PAPEL DO AGENTE NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

O agente, ao desenvolver o seu trabalho junto a uma dada população deve ter em mente que seu compromisso com a comunidade não se restringe ao aspecto pedagógico e educativo. É importante que, acima de tudo o agente tenha "compromisso político"(*) com a população, colocando seu conhecimento à serviço dela.

O agente deve possibilitar e, até mesmo negociar com a Instituição, quando isso não for uma prática dela, para que o conhecimento sobre a comunidade onde vai se desenvolver o trabalho chegue ao nível de ser discutido com a população.

Este momento oportuniza a ampliação do conhecimento da população, de sua realidade, como também, dos recursos que poderá contar no seu processo de trabalho. Por outro lado, esse momento contribui para complementar os dados já conhecidos pelo agente.

É importante enfatizarmos que o conhecimento que se produz na relação agente-clientela não se restringe a um momento, mas ocorre e vai sendo construído, ampliado e aprofundado ao longo de todo trabalho.

Neste processo junto às camadas populares a intervenção do agente não deve valorizar nem priorizar o seu saber mas colocá-lo a serviço da população para que ela tenha condições de analisar os acontecimentos sociais que dizem respeito a sua situação de vida. Os dados da realidade que o agente possui devem servir de elemento "facilitador" para que a população amplie a sua visão do contexto no qual se insere.

(*) Aqui entendido não como partidário político e sim como um reforço às propostas das camadas populares.

2. A COMUNIDADE E AS SUAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

Ao se iniciar um trabalho social deve-se ter em mente que as populações possuem suas próprias formas de organização, mesmo que num primeiro momento essas formas não fiquem evidentes para o agente em campo. É a partir dessas formas próprias de organização que o agente deve iniciar o seu trabalho.

Os critérios adotados, por nós, para caracterização de grupos baseiam-se em nossa prática dentro da Organização. Sabemos, no entanto, que existem outros referenciais teóricos para se distinguir e identificar grupos, como por exemplo aquele que parte da posição que cada grupo ocupa na estrutura social do município. É esse tipo de análise que nos permite conhecer os grupos que têm maior peso para encaminhar propostas que visem a transformação de uma determinada realidade. A exemplo disso podemos citar grupos de agricultores ou pescadores num município de economia predominantemente agrícola ou pesqueira, ou, grupos de operários numa área altamente industrializada.

Independente da maior ou menor força que cada grupo possui, toda comunidade está constituída por uma variedade de grupos que se distinguem entre si, por seus objetivos, sua forma de organização e grau de formalidade.

Alguns grupos podem ter como características a formalidade, aqui entendida sob o aspecto da legalização, do estatuto, do regulamento e que, por isso adquirem personalidade jurídica. Como exemplo podemos citar, associações de moradores, sindicatos, cooperativas, associações de classe e outros.

Existem, também, grupos que, embora tenham interesses comuns e possuam objetivos definidos, criam suas próprias regras e reúnem-se periodicamente e de maneira informal. Como exemplo podemos citar, clube de jovens, clubes de mães, grupo de pescadores, grupo de agricultores e outros.

Há, ainda, pessoas que se encontram eventualmente e, sem objetivos precisos, mas que mantêm entre si laços de afinidade e interesses diversos, porém comuns. Como exemplo podemos citar, grupos que se reúnem para discutir futebol, teatro, cinema, política, música e outros.

Encontramos, também, aqueles que se reúnem para resolver um problema concreto, depois do que, podem cessar de funcionar como grupos. Como exemplo podemos citar, os mutirões, movimentos reivindicatórios e outros.

Um caso específico de grupo é o de vizinhança, que caracteriza-se por não implicar numa iniciativa das pessoas em agrupar-se. Nesta situação elas já estão agrupadas pela proximidade física (determinada pelo local de moradia) o que faz com que as pessoas tenham problemas comuns, embora, muitas vezes, apresentem situações de vida diferentes.

Queremos enfatizar, que não há uma separação rígida entre esses grupos. Podemos encontrar pessoas fazendo parte de vários grupos ao mesmo tempo e grupos interagindo entre si.

Cabe acrescentar, que esses grupos devem ser vistos de uma maneira dinâmica, podendo passar de uma forma de organização para outra.

Essa tipologia buscou esclarecer de forma didática, alguns aspectos a serem observados na realidade. No entanto, a realidade é bem mais dinâmica e complexa, daí que, nem sempre o técnico vai ter, de início, uma visão clara da comunidade e das suas formas de organização. O mesmo processo de conhecimento pelo qual a população passa o agente também passa, daí a importância de juntos irem fazendo e ampliando suas descobertas - as formas de organização, as relações entre os fatos, as lideranças, os conflitos, a representatividade, as forças e interesses que movem a comunidade. A medida que o agente avança neste processo de conhecimento, ele se esclarece e se compromete com a população.

Consciente disso, o técnico estará preparado no sentido de não induzir a formação de grupos e sim estimular, a partir de interesses comuns, que essas formas de organização aflorem assumindo características e modalidades próprias para atingirem determinado fim.

É bom deixar de pensar que a organização de grupo é fruto de convocação, técnicas de trabalho de grupo etc.

As pessoas se reúnem em função de determinados interesses. A questão fundamental de organização está no modo de descobrir e realizar o que interessa.

O agente não deve portanto induzir ou definir tipos e modelos de organização, tamanho dos grupos, regras, objetivos etc.

Isso posto, podemos concluir que os grupos não se organizam primeiro para depois agir, mas organizam-se ao longo das suas ações.

Sabemos que um grupo, que se organiza com o interesse de resolver um problema imediato, pode aos poucos expandir seus propósitos e interesses. Pode ocorrer, assim, das ações desses grupos irem além da simples questão do usufruto dos serviços a que tem direito.

O grupo poderá desejar uma participação mais significativa que vá além da colocação da água, da construção de uma escola ou de uma estrada.

Esse nível de participação, mais comprometida com as transformações sociais e com o desenvolvimento, tem maiores possibilidades de acontecer se os grupos se unirem a entidades de classe, sindicatos etc..

O PAPEL DO AGENTE NA ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE

O agente ao iniciar o seu trabalho deve ter em mente as diversas alternativas para abordagem da comunidade, procurando conhecer aquela que propicia uma forma mais educativa para o desenvolvimento das ações. Para tanto deve saber que o início do trabalho pode ocorrer a partir de:

- grupos organizados, atuantes ou não;
- situações em que as pessoas estão agrupadas informalmente na comunidade, por ex.: grupos de jovens, de vizinhança, de lazer, religiosos, ou;
- situações que mobilizam sobremaneira a comunidade, ou;
- convocações/convites para que a população discuta o diagnóstico feito, ou;
- planejamento participativo, ou;
- grupos que participam de Programas/Projetos/Atividades do MOBREAL ou de outras Instituições

Essa abordagem da comunidade, na qual são consideradas as formas de organização da população, é fundamental, na medida em que a partir dela é que se desencadeia a ação coletiva.

Essa ação diz respeito a grupos organizados ou se organizando, com uma determinada finalidade. É, também, para o grupo um aprendizado na medida em que os leva a:

- . adquirir um conhecimento maior da realidade;
- . relacionar seus problemas com a problemática social maior;
- . planejar as suas ações;
- . priorizar as atividades;
- . descobrir recursos institucionais e outros;
- . articular-se com outros grupos;
- . dividir tarefas;
- . aprender a reconhecer os limites e possibilidades de suas ações;
- . propiciar o surgimento de lideranças;
- . avaliar e replanejar as suas ações a partir do atingimento das atividades iniciais.

Sintetizando, podemos definir 3 (três) momentos fundamentais que fazem parte uma prática educativa e, que devem ser considerados pelo agente:

- . o momento do conhecimento prévio da realidade através de levantamentos e diagnósticos;
- . a abordagem da comunidade, onde o conhecimento é dividido com a população, reconstruído com ela e o agente verifica o nível de percepção que o grupo tem da realidade, e
- . a ação coletiva onde os grupos vão se organizando ou fortalecendo suas formas de organização, a medida que planejam e executam as ações desejadas.

PONTOS IMPORTANTES A CONSIDERAR NA PROPOSTA DE AÇÃO COMUNITÁRIA

- Considerar a população não como carente, mas considerá-la na importância da contribuição de seu trabalho na construção da sociedade, e também, considerar a riqueza de sua cultura, suas formas de se educar, de se organizar e sobreviver em situações adversas, seu saber e sua maneira de interpretar a realidade.

Em consequência reconhece-se o direito dessa população de ter acesso aos bens e serviços existentes, como retorno e reconhecimento de sua participação na sociedade.

- Conceber a participação da população nas decisões, ações e gestões dos aspectos importantes de sua vida, não como concessão que lhe é feita, mas como um direito que ela possui.

- Considerar a população como parte ativa da construção do conhecimento, do planejamento, de execução, da avaliação e da gestão dos trabalhos.

- Considerar as formas de organização que são próprias da população, não impondo formas alheias a ela.

- Esclarecer, e discutir com a população, as propostas/Projetos/atividades que são levados até elas pelas Instituições.

- Propiciar que a população encaminhe suas próprias propostas.

- Considerar, junto com a população, os limites e possibilidades dos serviços institucionais existentes.

- Considerar que a organização dos grupos não é um fim em si mesmo mas um meio que fortalece o seu potencial de ação.

- Ter em mente a importância de não se considerar o desenvolvimento do trabalho como etapas rígidas a serem executadas.

- Considerar o diagnóstico como um processo que deve estar presente em todo o desenvolvimento do trabalho.

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO

1. Área de Atuação

Os critérios a definir para a escolha da área de atuação, deverão considerar, entre outros, os seguintes aspectos:

que a população a ser atingida, seja de baixa renda;

a necessidade de reestruturar e/ou dinamizar a Comissão Municipal;

a necessidade de realizar um Planejamento Participativo mais próximo da Comunidade;

a viabilidade de implantação e/ou implementação dos Programas e Projetos das Entidades convenientes;

a receptividade dos órgãos da administração local.

2. Planejamento de Atividades

O planejamento das atividades a deflagrar, prevê observância a algumas etapas básicas;

2.1. capacitação/treinamento dos recursos humanos envolvidos no Projeto;

2.2. elaboração conjunta de estratégia e políticas de ação, considerando as realidades locais;

2.3. compatibilização dos recursos (humanos, materiais e financeiros) e formas de ação entre as Entidades e a população beneficiada;

2.4. participação dos órgãos de comunicação social, para divulgação dos trabalhos realizados e/ou em curso;

2.5. elaboração conjunta do cronograma de atividades e de conteúdos do treinamento.

3. Metodologia

A proposta, fundamentada na metodologia de Ação Comunitária, deve considerar, no decurso dos trabalhos, alguns procedimentos metodológicos:

3.1. conhecimento, através de diagnóstico, da situação sócio-político-econômica-cultural existente;

3.2. trabalho com grupos comunitários em função de interesses, problemas, expectativas e anseios comuns, como forma de mais facilmente processar o aprendizado da participação social;

3.3. envolvimento da comunidade (pessoas, grupos, entidades) na discussão dos problemas locais e das vias alternativas, capazes de conduzi-los à solução dos mesmos.

ATRIBUIÇÕES DE RESPONSABILIDADES

1. Competência do MOBRAL Central:

1.1. capacitar, os recursos humanos do MOBRAL e Entidades, envolvidos nos trabalhos de Ação Comunitária;

1.2. prestar assistência técnica durante o desenvolvimento do Projeto, aos níveis estadual e municipal, sempre que se verifique necessidade ou por solicitação expressa dos técnicos envolvidos.

2. Competências do MOBRAL Estadual/Municipal:

2.1. participação em todas as atividades do Projeto, entre as quais se destacam:

capacitação;

planejamento;

mobilização de comunidades;

contatos com lideranças comunitárias (formais e informais);

acompanhamento/supervisão/avaliação.

3. Competências da Entidade:

3.1. participar, de forma integrada com o MOBRAL, da capacitação/treinamento dos recursos humanos;

3.2. designar os recursos humanos a nível estadual e municipal, para envolvimento efetivo nos trabalhos a serem realizados;

3.3. participar de todas as atividades do Projeto, em integração com o MOBREAL, independentemente do nível em que as mesmas se realizem.

4. Competências Mútuas

São competências do MOBREAL e Entidade:

4.1. elaborar e aplicar de forma integrada, os conteúdos de capacitação/treinamento;

4.2. estabelecer um fluxo de informações a nível estadual e municipal, a fim de avaliar e realimentar as ações no campo;

4.3. elaborar conjuntamente a nível estadual, as estratégias de ação mais adequadas às diferentes realidades municipais;

4.4. divulgar, conjuntamente, os resultados obtidos.

RECURSOS

1. Humanos

MOBREAL e Entidade (a definir).

2. Materiais

MOBRAL

materiais didáticos (livretos, cartazes, folhetos e outros impressos dos Programas/Projetos);

material de divulgação.

2.1. Entidade (a definir)

3. Financeiros

MOBRAL Central (a definir)

3.1. MOBRAL Estadual (a definir)

3.2. Entidade (a definir).

ACOMPANHAMENTO/AVALIAÇÃO

1. O acompanhamento e a avaliação das atividades, deverão estar presentes em cada fase de desenvolvimento do Projeto, caracterizando um proposta continuada de educação, tendo em vista não só a possível expansão dos trabalhos, mas também os vários aspectos a serem avaliados:

desenvolvimento quantitativo/qualitativo do Projeto nos seus aspectos pedagógicos e metodológicos;

levantamento das dificuldades que possam obstar à consecução dos objetivos propostos;

verificação da flexibilidade da descentralização das atividades e da possível articulação com outras Instituições, visando o atingimento dos objetivos do Projeto.

TREINAMENTO DOS AGENTES

1. Conteúdos básicos:

Proposta Teórica e sugestões operacionais.

1.1. Conteúdos de apoio

"História de muitas Marias", "Ação Comunitária em Vila Verde", "Para analisar uma prática de Educação Popular", Beatriz Costa, "Educação Não Formal" Frances Elsie O'Gorman, "Reflexões sobre Desenvolvimento Social e trabalho com grupo de Ação Comunitária" João Bosco Guedes Pinto.

1. GRYBOWSKI, Candido, As condições da Ação Comunitária, GEPAC, MOBREAL, 1980
2. ROCHA, Nilton, Ação Comunitária, Lugar Privilegiado da Prática Educativa, GEPAC, MOBREAL, 1979.
3. O GORMAN, Francis,, Educação Não Formal, Revista de Educação, AEC, Fase
4. PINTO, João B., Reflexões Sobre Desenvolvimento Social, Trabalho com Grupos e Ação Comunitária, DOC-A-3, Projeto DRIN, BRASIL, OEA, SUDENE, Recife 1980
5. PINTO, João B., Reflexões Sobre as Estratégias Educativas do Estado e a Prática, Encontro Sobre Educação Popular, IBRADES, RJ, 1982.
6. COSTA, Beatriz, Para Analisar uma Prática de Educação Popular, Cadernos de Educação Popular, Vozes, em coedição com Nova - Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação, Petrópolis, 1982.
7. SALES, Ivandro da Costa, FERRO, José Augusto dos Santos, CARVALHO, Maria Nelly Cavalcante, Metodologia da Aprendizagem da Participação e de Organização de Pequenos Produtores - Síntese Preliminar, Grupo II - Subgrupo 11, Desenvolvimento Comunitário/Organização de Produtores

"COMO AS VERDADES SE FAZEM E REFAZEM NA HISTÓRIA"... CERTAMENTE
DAQUI A ALGUM TEMPO AS NOSSAS EXPERIÊNCIAS NOS LEVARÃO A
REPENSAR TAMBÉM ESTA NOVA VERSÃO"...

MAIO/83

I. PROPOSTA TEÓRICA

1. EDUCAÇÃO

O homem cria, desenvolve e transfere de geração a geração mecanismos próprios de educação que são expressos através de sua cultura.

Estes mecanismos estão presentes no dia a dia das pessoas, em suas atividades ligadas ao trabalho, alimentação, diversão, religião, saúde, educação dos filhos, problemas familiares, solidariedade grupal, e outros.

Isto configura um sistema de educação informal produzido pela própria população e ligado diretamente a sua experiência de vida, necessidades de sobrevivência e formas de organização social.

O MOBREAL, por se preocupar com o educando dentro de seu contexto social busca desenvolver suas ações tendo como referencial esses mecanismos próprios de educação da comunidade. Nesta perspectiva, concebe a educação como um processo, na medida em que se dá ao longo da existência do indivíduo e abrange todo o seu espaço de vida (espaço social, cultural, econômico, político etc...). Desta forma, ultrapassa-se a proposta de uma Educação produto. (*)

Conteúdo ()* Educação Produto - se preocupa com a assimilação de determinados conteúdos pelos educandos, em um tempo determinado, considerado adequado para obtenção dos objetivos propostos.

1.k Educação Processo - se preocupa com os conteúdos, mas os objetivos são definidos pelos educandos, dentro de seu tempo e espaço de vida.

APRESENTAÇÃO

Nos últimos quatro anos reaparece no discurso oficial a palavra participação. Em todos os programas dirigidos "a população de baixa-renda" surgem diretrizes destinadas a estimular a participação dos beneficiários nos projetos governamentais.

Apesar das Instituições terem objetivos e propósitos definidos em seus Programas e Projetos, no sentido de levar a população a participação, não podemos negar que isso abre um espaço real para que as comunidades exerçam o seu direito de participação. Esse espaço é um momento fundamental, pois favorece às populações a utilizarem o que lhes é concedido pelo governo em benefício do encaminhamento de propostas que atendam cada vez mais aos seus interesses e necessidades.

O MOBRAL, ao longo dos anos, vêm viabilizando suas ações através de trabalhos conjuntos com Instituições/Governos Estaduais/Prefeituras, o que lhe propiciou uma experiência significativa no papel de articulador entre as propostas institucionais e a população. Essas ações conjuntas objetivam a concretização tanto das propostas do MOBRAL quanto de outras Entidades.

Como articulador o MOBRAL vem cumprindo o papel de levar até a população os Programas e Projetos das Entidades, através de uma metodologia participativa, que tanto oportuniza o encaminhamento às Entidades das necessidades e expectativas da clientela, quanto propicia sua participação nos Programas e Projetos dessas Instituições.

O aspecto mais significativo dessas articulações, é que permitem que os recursos aplicados nas comunidades sejam otimizados, numa tentativa de operacionalizar, de forma mais eficaz, e, como o engajamento da população, os objetivos propostos pelas Entidades. Ao mesmo tempo atende as necessidades da clientela, reforçando, sua atuação e formas de organização.

Coerente com as propostas governamentais e consciente da importância do engajamento da população no processo de desenvolvimento social, o MOBRAL, enquanto órgão de Educação, vem ampliando suas ações através de uma metodologia de trabalho que tem como referencial básico a participação social das populações de baixa-renda.

Embora esse produto interesse a população e aos educadores, traga benefícios imediatos e dê instrumentos para que a população passe a atuar de forma mais efetiva na sociedade, é o processo, o elemento mais importante a ser considerado num trabalho educativo.

Em resumo, o produto da Educação deve ser o resultado de um processo, ou seja, para que a população se beneficie, de fato, desse produto, é necessário que as pessoas conheçam e discutam a contribuição que ele pode trazer para a melhoria das suas condições de vida.

Qualquer Instituição educacional, governamental ou não, quando desenvolve programas/projetos educativos visando atender às necessidades da população deve levar em consideração estes aspectos. Embora suas propostas tenham a intenção de contribuir para a melhoria de vida das pessoas e sejam baseadas em diagnósticos, para que realmente prestem serviços é necessário que elas garantam um espaço às comunidades, no sentido de que lhes seja assegurado o poder de decidir e contribuir tanto na discussão/adequação como na concretização das propostas educativas.

Quanto maior for o espaço da população para administrar suas próprias propostas, menos manipuladora e paternalista será a proposta institucional e, conseqüentemente, maior será o engajamento da comunidade.

*publicar - e
a favor. Haverá
o projeto para
ser de "pro-
prio propósito"*

Sabemos que as Instituições possuem finalidades e diretrizes determinadas das quais não podem se afastar. Entretanto, se o técnico da Instituição estiver consciente desta questão e se as Instituições delegarem autonomia a ele, que está trabalhando na comunidade, mais adequadas e mobilizadoras serão as ações desenvolvidas em campo.

*com
ambos
sua*

Vale lembrar que a própria população tende a delegar, no início, as iniciativas e o poder de decisão, ao agente, por ele possuir um saber legitimado pela sociedade e ser um elemento externo. Devido a isso, a população se coloca numa postura de observadora, não expressando o seu conhecimento.

Ao longo do seu trabalho junto às comunidades, cabe ao agente o papel de estimulador para que a população discuta seus conhecimentos, troque suas experiências e administre as suas próprias propostas.

Outro aspecto a ser considerado na conciliação das ofertas da Instituição com os anseios da comunidade, é que, se por um lado os grupos têm uma percepção muito clara de sua realidade, proveniente das experiências em situações difíceis de sobrevivência, por outro lado, as Instituições tem sua estrutura de trabalho suas diretrizes, seus objetivos a serem atingidos.

O essencial é que o corpo técnico de uma Instituição voltada para Educação de Adultos leve para o campo hipóteses institucionais e não propostas fechadas.

Podemos concluir, portanto, que o MOBRAL, ao planejar ações educativas, que se caracterizem pela relação Instituição/Comunidade, considera quatro aspectos que se interrelacionam:

o contexto da comunidade - sua realidade social econômica, política e cultural;

a abertura para a participação popular - a possibilidade de discutir/adequar e concretizar suas propostas;

a contribuição dos técnicos - a troca de conhecimentos da população e técnicos;

o aspecto burocrático da Instituição - objetivos, regulamentos, normas e diretrizes, estrutura, recursos.

2. EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

As pessoas vislumbram na Educação a possibilidade de adquirir conhecimentos e habilidades, que lhes permitam transformar as condições em que vivem.

3. m. b.
Acreditar que a Educação, sozinha, detém esse poder é ter uma visão ingênua da questão pois, não é a educação que vai formar, ou transformar a sociedade, mas é esta que forma seu sistema educacional de acordo com seus interesses (porque a educação reproduz e preserva o modelo de sociedade que a cria).

Outras variáveis, ligadas ao sistema político e econômico, detém mais essa possibilidade de transformar do que a variável educação.

Acreditamos que entre as propostas educativas é a Educação Comunitária (*) que mais se aproxima desse poder transformador por estar mais comprometida com os anseios populares e mais aberta a sua participação.

e.c. = fazem a ligação com a base - alguns focam na educação popular de elementos da base ao contexto cultural

3. m. b.
(*) Reconhecemos aqui como Educação Comunitária todas as modalidades da educação não-formal que reforçam o conhecimento e as ações populares: Educação de Base, Associações de Moradores, Grupo de Jovens, Associações de classes e outras formas de organização coletiva.

Neste documento concebemos Educação Comunitária como um conjunto de práticas educativas. Por prática educativa não entendemos apenas o que se faz, ou um certo número de atividades. Toda prática evidentemente supõe atividades, mas nem toda atividade humana é uma prática educativa. O conceito de prática supõe um conjunto complexo de atividades que transformam certos objetos reais (nesse caso, objeto social). Essa transformação está orientada por objetivos, o que faz da prática uma atividade consciente, orientada por uma determinada finalidade.

A prática é uma ação planejada

Para que uma atividade seja uma prática educativa ela supõe:

- um conjunto de atividades, desenvolvidas ao longo de um processo (aprendizado);
- um processo de transformação da realidade (melhorias das condições de vida);
- uma conscientização (nível de reflexão e consciência crítica);
- uma finalidade (objetivos definidos);
- uma metodologia participativa (aprendizagem da participação social).

No entanto é necessário enfatizar que essa prática está ligada a um processo social, o que faz com que deva ser vista de forma dinâmica, na medida em que tem como referencial o contexto social local no qual ela se desenvolve.

Entendemos, assim, que essa Educação Comunitária deve ter como finalidade propiciar às populações uma melhor compreensão de seus problemas e dos fenômenos que os causam. Essa compreensão se dá, inicialmente, a nível micro e, gradativamente vai se ampliando até que a população passa a relacionar seus problemas locais com um contexto sócio-econômico mais amplo. Para tanto, é necessário que a população:

- . reflita no sentido de conhecer os limites que interferem em suas ações;
- . reflita no sentido de conhecer as possibilidades de interferir em sua realidade;
- . busque o fortalecimento de laços de solidariedade.

Além dos aspectos mencionados é fundamental que a Educação Comunitária fortaleça o processo de grupalização, a tomada de decisão e a autogestão na aplicação de recursos, e favoreça ações concretas que venham ao encontro dos interesses da população.

A Educação Comunitária não deve, portanto, pretender apenas contribuir para abrir e ampliar espaços educativos que permitam à comunidade aumentar sua capacidade crítica, nível de reflexão e consciência social. Sua proposta deve ir além, ou seja, deve procurar contribuir para melhorar as condições de vida, o cotidiano da comunidade.

3. AÇÃO COMUNITÁRIA

Numa ação comunitária está sempre presente a idéia de pessoas agindo em conjunto para atingir determinados fins. Concretiza-se através de atividades mais elementares como mutirões, clubes de mães, ações conjuntas com Entidades, manifestações coletivas, até a organização de formas mais efetivas e permanentes como associação de moradores, comunidades de base, grupos por categorias profissionais e outros.

Com isso, a população quase sempre pretende resolver problemas de solução imediata, reivindicar direitos ou impedir que algo aconteça. Este primeiro aspecto, bastante concreto, é que mobiliza as pessoas a agir.

Mas, neste tipo de ação existe um segundo aspecto bastante importante a se considerar.

Na vivência do grupo, isto é, através das atividades realizadas, das discussões, das formas de organização e divisão de trabalho, vai sendo construído um conhecimento maior dos problemas e suas causas, e das forças que facilitam ou impedem suas soluções. Vão sendo tomadas as decisões, e as ações vão sendo planejadas de acordo com os objetivos dos grupos. Vão surgindo as lideranças, identificando-se as potencialidades dentro do grupo, bem como os recursos institucionais existentes.

Desta forma, o grupo vai adquirindo a consciência de que unido torna-se mais forte e pode interferir e, até modificar, determinadas situações.

Esta certeza de que pode decidir e agir modificando situações, é um dos aspectos mais importantes nesse tipo de trabalho.

É aí que a Ação Comunitária torna-se um instrumento à serviço da população.

É aí também, que a Ação Comunitária deixa de ser só ativista e passa a ser educativa.

Lógico que na prática as coisas não se dão de forma isolada.

É através das atividades, das discussões, que isso vai acontecendo.

Uma Ação Comunitária pode e deve contribuir para a resolução de um problema concreto e imediato, na medida em que, através dela a população pode obter determinados serviços. Reconhecemos, também, que ele pode contribuir no sentido de tornar as atividades desenvolvidas pelos grupos uma prática educativa.

Concluindo, é importante enfatizarmos que uma Ação Comunitária pode levar a uma ampliação da participação social e do processo de autogestão quando oportuniza à população:

- . refletir sobre seus problemas, necessidades, limites e possibilidades correlacionando-os a um contexto social mais amplo;
- . identificar recursos seja da comunidade seja de instituições que possam ser úteis aos grupos;

- . formalizar e realizar propostas de ação como resposta aos problemas levantados;
- . organizar-se para agir, como e quando julgarem necessário;
- . dialogar, de forma autônoma com as instituições, encaminhando propostas de atuação integrada;
- . avaliar e realimentar o processo educativo desencadeado;
- . fortalecer as formas de organização da comunidade e a solidariedade grupal;
- . ampliar sua possibilidade de atuação, relacionando sua prática com a de outros grupos que vivenciam situações semelhantes.

PROPOSTA OPERACIONAL

1. A ELABORAÇÃO DO CONHECIMENTO NUM TRABALHO SOCIAL

É o conhecimento de uma dada realidade que deve determinar a necessidade de se concentrar esforços para a realização de ações educativas - no caso, a ação comunitária. Num primeiro momento é provável que esse conhecimento seja superficial por não contar com nenhuma participação da população e se basear em dados secundários tais como: levantamentos elaborados por Entidades, Prefeituras, Universidades, Prê-diagnósticos, Censos, Cadastros e outros.

Outra modalidade de se obter esse conhecimento prévio da realidade é através da realização de diagnósticos municipais onde a população participa como informante, desconhecendo o resultado final do levantamento que é feito em sua localidade e para o qual ela colaborou.

Outro nível de conhecimento, tão ou mais necessário que os anteriores, e que não pode ser excluído numa proposta que pretenda a participação da comunidade, é aquele obtido junto com a população.

Nesse nível de conhecimento a clientela já não é vista como mero informante e sim, fazendo parte da construção desse conhecimento. É nesse conhecimento construído em conjunto que ela vai expressar os problemas que vive, o que conhece e o que deseja que seja esclarecido sobre sua realidade, e solucionado. Expressando também como compreende essa realidade.

Esse diagnóstico que pode, também, ser chamado de consulta à população, deve ser elaborado de forma simples com perguntas claras que tenham um sentido para a população.

Essa consulta pode ser feita de uma forma mais sistematizada, através de questionários ou de pequenas reuniões, conversas informais nas feiras, mercados, bares etc., onde os diagnósticos feitos anteriormente possam ser confrontados com o conhecimento da população e discutidos com ela.

Esse procedimento permite que o resultado desse trabalho seja vivido e apropriado pela população em seu próprio benefício e não apenas em benefício da Instituição.

Acreditamos ser nesse nível que o conhecimento é colocado à serviço de uma proposta mais educativa..

Esses níveis de conhecimento são fundamentais na medida em que eles determinam a necessidade de conjugar-se esforços seja da população, de Entidades, de Governo (municipal, estadual ou federal) para que a realidade seja trabalhada visando a modificação de uma determinada situação.

O PAPEL DO AGENTE NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

O agente, ao desenvolver o seu trabalho junto a uma dada população deve ter em mente que seu compromisso com a comunidade não se restringe ao aspecto pedagógico e educativo. É importante que, acima de tudo o agente tenha "compromisso político"(*) com a população, colocando seu conhecimento à serviço dela.

O agente deve possibilitar e, até mesmo negociar com a Instituição, quando isso não for uma prática dela, para que o conhecimento sobre a comunidade onde vai se desenvolver o trabalho chegue ao nível de ser discutido com a população.

Este momento oportuniza a ampliação do conhecimento da população, de sua realidade, como também, dos recursos que poderá contar no seu processo de trabalho. Por outro lado, esse momento contribui para complementar os dados já conhecidos pelo agente.

É importante enfatizarmos que o conhecimento que se produz na relação agente-clientela não se restringe a um momento, mas ocorre e vai sendo construído, ampliado e aprofundado ao longo de todo trabalho.

Neste processo junto às camadas populares a intervenção do agente não deve valorizar nem priorizar o seu saber mas colocá-lo a serviço da população para que ela tenha condições de analisar os acontecimentos sociais que dizem respeito a sua situação de vida. Os dados da realidade que o agente possui devem servir de elemento "facilitador" para que a população amplie a sua visão do contexto no qual se insere.

(*) Aqui entendido não como partidário político e sim como um reforço às propostas das camadas populares.

O PAPEL DO AGENTE NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

O agente, ao desenvolver o seu trabalho junto a uma dada população deve ter em mente que seu compromisso com a comunidade não se restringe ao aspecto pedagógico e educativo. É importante que, acima de tudo o agente tenha "compromisso político"(*) com a população, colocando seu conhecimento à serviço dela.

O agente deve possibilitar e, até mesmo negociar com a Instituição, quando isso não for uma prática dela, para que o conhecimento sobre a comunidade onde vai se desenvolver o trabalho chegue ao nível de ser discutido com a população.

Este momento oportuniza a ampliação do conhecimento da população, de sua realidade, como também, dos recursos que poderão contar no seu processo de trabalho. Por outro lado, esse momento contribui para complementar os dados já conhecidos pelo agente.

É importante enfatizarmos que o conhecimento que se produz na relação agente-clientela não se restringe a um momento, mas ocorre e vai sendo construído, ampliado e aprofundado ao longo de todo trabalho.

Neste processo junto às camadas populares a intervenção do agente não deve valorizar nem priorizar o seu saber mas colocá-lo a serviço da população para que ela tenha condições de analisar os acontecimentos sociais que dizem respeito a sua situação de vida. Os dados da realidade que o agente possui devem servir de elemento "facilitador" para que a população amplie a sua visão do contexto no qual se insere.

(*) Aqui entendido não como partidário político e sim como um reforço às propostas das camadas populares.

2. A COMUNIDADE E AS SUAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

Ao se iniciar um trabalho social deve-se ter em mente que as populações possuem suas próprias formas de organização, mesmo que num primeiro momento essas formas não fiquem evidentes para o agente em campo. É a partir dessas formas próprias de organização que o agente deve iniciar o seu trabalho.

Os critérios adotados, por nós, para caracterização de grupos baseiam-se em nossa prática dentro da Organização. Sabemos, no entanto, que existem outros referenciais teóricos para se distinguir e identificar grupos, como por exemplo aquele que parte da posição que cada grupo ocupa na estrutura social do município. É esse tipo de análise que nos permite conhecer os grupos que têm maior peso para encaminhar propostas que visem a transformação de uma determinada realidade. A exemplo disso podemos citar grupos de agricultores ou pescadores num município de economia predominantemente agrícola ou pesqueira, ou, grupos de operários numa área altamente industrializada.

Independente da maior ou menor força que cada grupo possui, toda comunidade está constituída por uma variedade de grupos que se distinguem entre si, por seus objetivos, sua forma de organização e grau de formalidade.

Alguns grupos podem ter como características a formalidade, aqui entendida sob o aspecto da legalização, do estatuto, do regulamento e que, por isso adquirem personalidade jurídica. Como exemplo podemos citar, associações de moradores, sindicatos, cooperativas, associações de classe e outros.

Existem, também, grupos que, embora tenham interesses comuns e possuam objetivos definidos, criam suas próprias regras e reúnem-se periodicamente e de maneira informal. Como exemplo podemos citar, clube de jovens, clubes de mães, grupo de pescadores, grupo de agricultores e outros.

Há, ainda, pessoas que se encontram eventualmente e, sem objetivos precisos, mas que mantêm entre si laços de afinidade e interesses diversos, porém comuns. Como exemplo podemos citar, grupos que se reúnem para discutir futebol, teatro, cinema, política, música e outros.

Encontramos, também, aqueles que se reúnem para resolver um problema concreto, depois do que, podem cessar de funcionar como grupos. Como exemplo podemos citar, os mutirões, movimentos reivindicatórios e outros.

Um caso específico de grupo é o de vizinhança, que caracteriza-se por não implicar numa iniciativa das pessoas em agrupar-se. Nesta situação elas já estão agrupadas pela proximidade física (determinada pelo local de moradia) o que faz com que as pessoas tenham problemas comuns, embora, muitas vezes, apresentem situações de vida diferentes.

Queremos enfatizar, que não há uma separação rígida entre esses grupos. Podemos encontrar pessoas fazendo parte de vários grupos ao mesmo tempo e grupos interagindo entre si.

Cabe acrescentar, que esses grupos devem ser vistos de uma maneira dinâmica, podendo passar de uma forma de organização para outra.

Essa tipologia buscou esclarecer de forma didática, alguns aspectos a serem observados na realidade. No entanto, a realidade é bem mais dinâmica e complexa, daí que, nem sempre o técnico vai ter, de início, uma visão clara da comunidade e das suas formas de organização. O mesmo processo de conhecimento pelo qual a população passa o agente também passa, daí a importância de juntos irem fazendo e ampliando suas descobertas - as formas de organização, as relações entre os fatos, as lideranças, os conflitos, a representatividade, as forças e interesses que movem a comunidade. A medida que o agente avança neste processo de conhecimento, ele se esclarece e se compromete com a população.

Consciente disso, o técnico estará preparado no sentido de não induzir a formação de grupos e sim estimular, a partir de interesses comuns, que essas formas de organização aflorem assumindo características e modalidades próprias para atingirem determinado fim.

É bom deixar de pensar que a organização de grupo é fruto de convocação, técnicas de trabalho de grupo etc.

As pessoas se reúnem em função de determinados interesses. A questão fundamental de organização está no modo de descobrir e realizar o que interessa.

O agente não deve portanto induzir ou definir tipos e modelos de organização, tamanho dos grupos, regras, objetivos etc.

Isso posto, podemos concluir que os grupos não se organizam primeiro para depois agir, mas organizam-se ao longo das suas ações.

Sabemos que um grupo, que se organiza com o interesse de resolver um problema imediato, pode aos poucos expandir seus propósitos e interesses. Pode ocorrer, assim, das ações desses grupos irem além da simples questão do usufruto dos serviços a que tem direito.

O grupo poderá desejar uma participação mais significativa que vá além da colocação da água, da construção de uma escola ou de uma estrada.

Esse nível de participação, mais comprometida com as transformações sociais e com o desenvolvimento, tem maiores possibilidades de acontecer se os grupos se unirem a entidades de classe, sindicatos etc..

O PAPEL DO AGENTE NA ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE

O agente ao iniciar o seu trabalho deve ter em mente as diversas alternativas para abordagem da comunidade, procurando conhecer aquela que propicia uma forma mais educativa para o desenvolvimento das ações. Para tanto deve saber que o início do trabalho pode ocorrer a partir de:

- grupos organizados, atuantes ou não;
- situações em que as pessoas estão agrupadas informalmente na comunidade, por ex.: grupos de jovens, de vizinhança, de lazer, religiosos, ou;
- situações que mobilizam sobremaneira a comunidade, ou;
- convocações/convites para que a população discuta o diagnóstico feito, ou;
- planejamento participativo, ou;
- grupos que participam de Programas/Projetos/Atividades do MOBRRAL ou de outras Instituições

Essa abordagem da comunidade, na qual são consideradas as formas de organização da população, é fundamental, na medida em que a partir dela é que se desencadeia a ação coletiva.

Essa ação diz respeito a grupos organizados ou se organizando, com uma determinada finalidade. É, também, para o grupo um aprendizado na medida em que os leva a:

- . adquirir um conhecimento maior da realidade;
- . relacionar seus problemas com a problemática social maior;
- . planejar as suas ações;
- . priorizar as atividades;
- . descobrir recursos institucionais e outros;
- . articular-se com outros grupos;
- . dividir tarefas;
- . aprender a reconhecer os limites e possibilidades de suas ações;
- . propiciar o surgimento de lideranças;
- . avaliar e replanejar as suas ações a partir do atingimento das atividades iniciais.

Sintetizando, podemos definir 3 (três) momentos fundamentais que fazem parte uma prática educativa e, que devem ser considerados pelo agente:

- 1 . o momento do conhecimento prévio da realidade através de levantamentos e diagnósticos;
- 2 . a abordagem da comunidade, onde o conhecimento é dividido com a população, reconstruído com ela e o agente verifica o nível de percepção que o grupo tem da realidade, e
- 3 . a ação coletiva onde os grupos vão se organizando ou fortalecendo suas formas de organização, a medida que planejam e executam as ações desejadas.

PONTOS IMPORTANTES A CONSIDERAR NA PROPOSTA DE AÇÃO COMUNITÁRIA

- Considerar a população não como carente, mas considerá-la na importância da contribuição de seu trabalho na construção da sociedade, e também, considerar a riqueza de sua cultura, suas formas de se educar, de se organizar e sobreviver em situações adversas, seu saber e sua maneira de interpretar a realidade.

Em consequência reconhece-se o direito dessa população de ter acesso aos bens e serviços existentes, como retorno e reconhecimento de sua participação na sociedade.

- Conceber a participação da população nas decisões, ações e gestões dos aspectos importantes de sua vida, não como concessão que lhe é feita, mas como um direito que ela possui.

- Considerar a população como parte ativa da construção do conhecimento, do planejamento, de execução, da avaliação e da gestão dos trabalhos.

- Considerar as formas de organização que são próprias da população, não impondo formas alheias a ela.

- Esclarecer, e discutir com a população, as propostas/Projetos/atividades que são levados até elas pelas Instituições.

- Propiciar que a população encaminhe suas próprias propostas.

- Considerar, junto com a população, os limites e possibilidades dos serviços institucionais existentes.

- Considerar que a organização dos grupos não é um fim em si mesmo mas um meio que fortalece o seu potencial de ação.

- Ter em mente a importância de não se considerar o desenvolvimento do trabalho como etapas rígidas a serem executadas.

- Considerar o diagnóstico como um processo que deve estar presente em todo o desenvolvimento do trabalho.

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO

1. Área de Atuação

Os critérios a definir para a escolha da área de atuação, deverão considerar, entre outros, os seguintes aspectos:

que a população a ser atingida, seja de baixa renda;

a necessidade de reestruturar e/ou dinamizar a Comissão Municipal;

a necessidade de realizar um Planejamento Participativo mais próximo da Comunidade;

a viabilidade de implantação e/ou implementação dos Programas e Projetos das Entidades convenientes;

a receptividade dos órgãos da administração local.

2. Planejamento de Atividades

O planejamento das atividades a deflagrar, prevê observância a algumas etapas básicas;

2.1. capacitação/treinamento dos recursos humanos envolvidos no Projeto;

2.2. elaboração conjunta de estratégia e políticas de ação, considerando as realidades locais;

2.3. compatibilização dos recursos (humanos, materiais e financeiros) e formas de ação entre as Entidades e a população beneficiada;

2.4. participação dos órgãos de comunicação social, para divulgação dos trabalhos realizados e/ou em curso;

2.5. elaboração conjunta do cronograma de atividades e de conteúdos do treinamento.

3. Metodologia

A proposta, fundamentada na metodologia de Ação Comunitária, deve considerar, no decurso dos trabalhos, alguns procedimentos metodológicos:

3.1. conhecimento, através de diagnóstico, da situação sócio-político-econômica-cultural existente;

3.2. trabalho com grupos comunitários em função de interesses, problemas, expectativas e anseios comuns, como forma de mais facilmente processar o aprendizado da participação social;

3.3. envolvimento da comunidade (pessoas, grupos, entidades) na discussão dos problemas locais e das vias alternativas, capazes de conduzi-los à solução dos mesmos.

ATRIBUIÇÕES DE RESPONSABILIDADES

1. Competência do MOBRAL Central:

1.1. capacitar, os recursos humanos do MOBRAL e Entidades, envolvidos nos trabalhos de Ação Comunitária;

1.2. prestar assistência técnica durante o desenvolvimento do Projeto, aos níveis estadual e municipal, sempre que se verifique necessidade ou por solicitação expressa dos técnicos envolvidos.

2. Competências do MOBRAL Estadual/Municipal:

2.1. participação em todas as atividades do Projeto, entre as quais se destacam:

capacitação;

planejamento;

mobilização de comunidades;

contatos com lideranças comunitárias (formais e informais);

acompanhamento/supervisão/avaliação.

3. Competências da Entidade:

3.1. participar, de forma integrada com o MOBRAL, da capacitação/treinamento dos recursos humanos;

3.2. designar os recursos humanos a nível estadual e municipal, para envolvimento efetivo nos trabalhos a serem realizados;

3.3. participar de todas as atividades do Projeto, em integração com o MOBRAL, independentemente do nível em que as mesmas se realizem.

4. Competências Mútuas

São competências do MOBRAL e Entidade:

4.1. elaborar e aplicar de forma integrada, os conteúdos de capacitação/treinamento;

4.2. estabelecer um fluxo de informações a nível estadual e municipal, a fim de avaliar e realimentar as ações no campo;

4.3. elaborar conjuntamente a nível estadual, as estratégias de ação mais adequadas às diferentes realidades municipais;

4.4. divulgar, conjuntamente, os resultados obtidos.

RECURSOS

1. Humanos

MOBRAL e Entidade (a definir).

2. Materiais

MOBRAL

materiais didáticos (livretos, cartazes, folhetos e outros impressos dos Programas/Projetos);

material de divulgação.

2.1. Entidade (a definir)

3. Financeiros

MOBRAL Central (a definir)

3.1. MOBRAL Estadual (a definir)

3.2. Entidade (a definir).

ACOMPANHAMENTO/AVALIAÇÃO

1. O acompanhamento e a avaliação das atividades, deverão estar presentes em cada fase de desenvolvimento do Projeto, caracterizando um proposta continuada de educação, tendo em vista não só a possível expansão dos trabalhos, mas também os vários aspectos a serem avaliados:

desenvolvimento quantitativo/qualitativo do Projeto nos seus aspectos pedagógicos e metodológicos;

levantamento das dificuldades que possam obstar à consecução dos objetivos propostos;

verificação da flexibilidade da descentralização das atividades e da possível articulação com outras Instituições, visando o atingimento dos objetivos do Projeto.

TREINAMENTO DOS AGENTES

1. Conteúdos básicos:

Proposta Teórica e sugestões operacionais.

1.1. Conteúdos de apoio

"História de muitas Marias", "Ação Comunitária em Vila Verde", "Para analisar uma prática de Educação Popular", Beatriz Costa, "Educação Não Formal" Frances Elsie O'Gorman, "Reflexões sobre Desenvolvimento Social e trabalho com grupo de Ação Comunitária "João Bosco Guedes Pinto.

1. GRYBOWSKI, Candido, As condições da Ação Comunitária, GEPAC, MOBREAL, 1980
2. ROCHA, Nilton, Ação Comunitária, Lugar Privilegiado da Prática Educativa, GEPAC, MOBREAL, 1979.
3. O GORMAN, Francis, Educação Não Formal, Revista de Educação, AEC, Fase
4. PINTO, João B., Reflexões Sobre Desenvolvimento Social, Trabalho com Grupos e Ação Comunitária, DOC-A-3, Projeto DRIN, BRASIL, OEA, SUDENE, Recife 1980
5. PINTO, João B., Reflexões Sobre as Estratégias Educativas do Estado e a Prática, Encontro Sobre Educação Popular, IBRADES, RJ, 1982.
6. COSTA, Beatriz, Para Analisar uma Prática de Educação Popular, Cadernos de Educação Popular, Vozes, em coedição com Nova - Pesquisa, Assessoramento e Avaliação em Educação, Petrópolis, 1982.
7. SALES, Ivandro da Costa, FERRO, José Augusto dos Santos, CARVALHO, Maria Nelly Cavalcante, Metodologia da Aprendizagem da Participação e de Organização de Pequenos Produtores - Síntese Preliminar, Grupo II - Subgrupo 11, Desenvolvimento Comunitário/Organização de Produtores